



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – CAMPUS II – DEPARTAMENTO  
DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA.**

**VALTER ALVES SANTOS**

**A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA EM COLEÇÕES  
DIDÁTICAS DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: UM ESTUDO CRÍTICO DAS  
NARRATIVAS E IMAGENS À LUZ DA LEI Nº 10.639/03**

**Alagoinhas - BA  
2025**

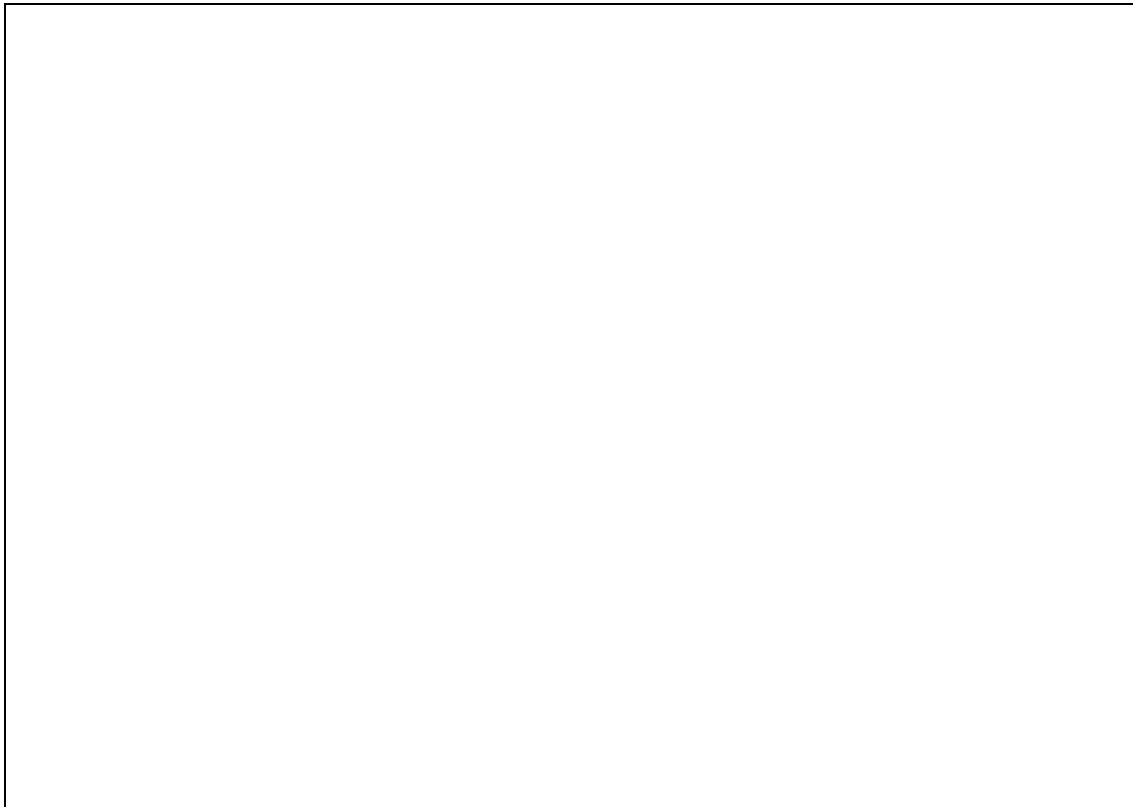
**VALTER ALVES SANTOS**

**A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA EM COLEÇÕES  
DIDÁTICAS DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: UM ESTUDO CRÍTICO DAS  
NARRATIVAS E IMAGENS À LUZ DA LEI Nº 10.639/03**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca examinadora do curso de Licenciatura Plena em História do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – Campus II, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História, sob orientação do Professor Doutor Ivaldo Marciano de França Lima.

Alagoinhas, 2025

## **FICHA CATALOGRÁFICA**



Biblioteca do Campus II / Uneb

Bibliotecária: Rosana Cristina de Souza Barretto. CRB: 5/902

**A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA EM COLEÇÕES DIDÁTICAS DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: UM ESTUDO CRÍTICO DAS NARRATIVAS E IMAGENS À LUZ DA LEI Nº 10.639/03**



**ATA DE DEFESA DE TCC**

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, reuniram-se em sessão pública, nas dependências do Campus II/Alagoinhas da Universidade do Estado da Bahia, os integrantes da Banca Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História do DEDC II, composta pelos docentes: Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima – UNEB/ DEDC II (orientador (a)); Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond (UNEB) – UNEB/DEDC II – (examinador (a) interno (a) e o Prof. Me. Celestino M. Chiquete (ISCED Hulla/Angola) – (examinador (a) externo (a), para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado pelo (a) estudante Valter Alves Santos, intitulado “A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA EM COLEÇÕES DIDÁTICAS DO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: UM ESTUDO CRÍTICO DAS NARRATIVAS E IMAGENS À LUZ DA LEI Nº 10.639/03”. Após exposição do trabalho, arguição e réplica, a Banca Examinadora, reunida separadamente, atribuiu nota 10 ( 10), proclamando, em seguida, o resultado alcançado pelo (a) estudante. Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos às 17h30 horas.

Alagoinhas/BA, 08 de agosto de 2025.

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima  
Orientador (a)

Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond  
Examinador (a) interno (a)

Prof. Me. Celestino M. Chiquete  
Examinador (a) externo (a)

Valter Alves Santos  
Discente

## **AGRADECIMENTOS**

Com imensa alegria e um profundo sentimento de gratidão, celebro a conclusão desta jornada na construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso e do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Este momento, que marca o encerramento de um ciclo de aprendizado, superação e amadurecimento, não seria possível sem o apoio inestimável de diversas pessoas e entidades. Primeiramente, minha mais profunda gratidão ao Grande Arquiteto do Universo, por me conceder a força e a resiliência necessárias para transpor todos os obstáculos. Sua presença foi o alicerce que sustentou minha determinação nos momentos de adversidade. A meus pais, Valter Costa Santos e Josefa Ieda Alves Santos, embora in memoriam, dedico esta conquista com o mais profundo carinho e eterna gratidão. Foram eles os pilares da minha existência, e sua memória, junto aos valores que me transmitiram, foi a base que me permitiu chegar até aqui. Expresso meu sincero agradecimento a Geny Dorea, pelo incentivo constante e pela crença inabalável em meu potencial, e ao meu filho, Valter Carvalho, cujo exemplo e ensinamentos me mostraram a importância de jamais desistir dos meus sonhos, transformando-se em uma fonte perene de inspiração.

Agradeço imensamente à UNEB, instituição pública, gratuita e de qualidade, que me abriu as portas para o conhecimento. Ao longo desses anos, a universidade se tornou um espaço de efervescência intelectual, onde cada aula, debate e pesquisa contribuíram para a construção do meu olhar crítico sobre a história e o mundo. Tenho orgulho de ter feito parte desta casa e acredito firmemente na educação pública como ferramenta de transformação social. Meus mais sinceros agradecimentos se estendem a todos os professores e professoras que, com dedicação, maestria e sabedoria, guiaram-me ao longo deste processo. Suas contribuições foram inestimáveis. Faço um registro especial a alguns mestres que marcaram profundamente minha formação: à Professora Celeste Pacheco, por sua paixão contagiante e rigor acadêmico que me inspiraram a buscar a excelência; ao Professor Raimundo Nonato, por sua generosidade em compartilhar vastos conhecimentos; ao Professor Ivaldo Marciano, por sua perspicácia em nos desafiar a pensar criticamente; à Professora Marilecia Oliveira, por seu apoio e incentivo constantes; e aos professores Paulo Santos e Jorge Vicente, por suas contribuições igualmente valiosas. Aos meus colegas, que se tornaram amigos e companheiros de jornada, minha gratidão pela parceria e pelo companheirismo que tornaram o percurso mais leve e enriquecedor. A troca de experiências e o apoio mútuo foram essenciais. Em especial,

agradeço a Anderson, Cris, Daniela, Lucivania, Neto, Nicole e Paulinho. A amizade de vocês foi inestimável. Este diploma representa não apenas a conclusão de um curso, mas a concretização de um sonho. Encerro este ciclo com o coração cheio de gratidão, levando comigo os ensinamentos, as amizades e a certeza de que a história é uma ferramenta poderosa para compreendermos o presente e construirmos um futuro melhor. Honrarei o título que agora possuo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Muito obrigado a todos que fizeram parte desta jornada!

**RESUMO:** A presente pesquisa analisa criticamente as representações da África e dos povos indígenas em livros didáticos de História, em face da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" no currículo oficial. O estudo problematiza como os materiais didáticos, historicamente moldados por uma perspectiva **estereotipada**, representam a diversidade e a complexidade histórica desses povos, e como esses vieses podem afetar a compreensão dos estudantes. O objetivo geral consistiu em analisar criticamente as representações da África e dos povos indígenas em livros didáticos, à luz de referenciais teóricos que abordam a desconstrução de estereótipos e a superação de **vieses de toda a ordem**. A metodologia, de natureza qualitativa e caráter descritivo, pautou-se na análise documental do livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" e da coleção "História Sociedade & Cidadania" de Alfredo Boulos Júnior, e na análise bibliográfica de obras de Kwame Anthony Appiah e Ivaldo Marciano de França Lima. As análises revelaram que, embora a Lei nº 10.639/03 seja um marco legal significativo para a superação de lacunas históricas, sua efetivação nos materiais didáticos ainda se apresenta como um desafio complexo. O estudo aprofundou o conceito da "invenção da África" e das "ilusões de raça" de Kwame Anthony Appiah, demonstrando como a ideia de uma África homogênea é uma construção histórica que minimiza a vasta diversidade do continente e tem sido instrumental na justificação da exploração. A perspectiva de Ivaldo Marciano de França Lima foi fundamental para analisar a construção de representações e a identificação de estereótipos, permitindo verificar como um livro didático pode tanto reforçar o senso comum quanto atuar na desarticulação de discursos distorcidos. O livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" destaca-se por sua proposta pedagógica explicitamente **crítica**, que busca ativamente confrontar narrativas hegemônicas. A obra utiliza estratégias visuais de confronto, como a justaposição de imagens contrastantes, para desestabilizar a visão de uma África marcada apenas pela miséria e pelo atraso, além de contextualizar historicamente as origens das imagens negativas por meio da instrumentalização da religião e das teorias raciais. Adicionalmente, integra estudos genômicos para reforçar a herança africana na formação da população brasileira, atuando como ferramenta antirracista. A coleção "História Sociedade & Cidadania", de Alfredo Boulos Júnior, embora represente um avanço na inclusão de conteúdos sobre a história africana, com capítulos dedicados a civilizações como Egito, Núbia, Gana e Mali, e valorizando diferentes fontes, apresenta pontos de atenção. Sob a ótica de Ivaldo Marciano de França Lima, percebe-se o risco de uma fusão epistemológica entre a História da África e a História Afro-Brasileira, o que pode reforçar a ideia de uma África estática. A estrutura do livro, por vezes, segue uma cronologia atrelada ao tráfico atlântico, e a utilização anacrônica de termos como "negros" enfraquece a proposta de desracialização. Dialogando com Appiah, a coleção pode permanecer atrelada a categorias raciais sem desconstruir a "raça" como uma construção social, alinhando-se às "ilusões de raça". Em conclusão, a pesquisa reafirma a importância de uma abordagem crítica no uso dos materiais didáticos, evidenciando que a superação de visões estereotipadas é um processo complexo. O professor, como mediador do conhecimento, emerge como figura fundamental para contextualizar, problematizar e complementar os conteúdos, garantindo que o ensino de História da África e dos povos indígenas promova a inclusão e o respeito à diversidade, combatendo o racismo e contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados em uma sociedade mais justa e equitativa.

**Palavras chave:** Ensino de História da África; Livros didáticos; **Representação;** Estereótipos; Lei nº 10.639/03

**ABSTRACT:** This research critically analyses representations of Africa and indigenous peoples in history textbooks, in light of Law No. 10,639/03, which made the inclusion of the theme ‘Afro-Brazilian and African History and Culture’ mandatory in the official curriculum. The study questions how teaching materials, historically shaped by a stereotypical perspective, represent the diversity and historical complexity of these peoples, and how these biases can affect students' understanding. The overall objective was to critically analyse representations of Africa and indigenous peoples in textbooks, in light of theoretical references that address the deconstruction of stereotypes and the overcoming of biases of all kinds. The methodology, which was qualitative and descriptive in nature, was based on a documentary analysis of the book *Minha África Brasileira e Povos Indígenas* (My Brazilian Africa and Indigenous Peoples) and the collection *História Sociedade & Cidadania* (History, Society & Citizenship) by Alfredo Boulos Júnior, and on a bibliographic analysis of works by Kwame Anthony Appiah and Ivaldo Marciano de França Lima. The analyses revealed that, although Law No. 10,639/03 is a significant legal milestone in overcoming historical gaps, its implementation in teaching materials still presents a complex challenge. The study delved into Kwame Anthony Appiah's concept of the ‘invention of Africa’ and ‘race illusions,’ demonstrating how the idea of a homogeneous Africa is a historical construct that minimises the vast diversity of the continent and has been instrumental in justifying exploitation. Ivaldo Marciano de França Lima's perspective was fundamental in analysing the construction of representations and the identification of stereotypes, allowing us to verify how a textbook can both reinforce common sense and act to dismantle distorted discourses. The book *Minha África Brasileira e Povos Indígenas* (My Brazilian Africa and Indigenous Peoples) stands out for its explicitly critical pedagogical approach, which actively seeks to confront hegemonic narratives. The work uses visual strategies of confrontation, such as the juxtaposition of contrasting images, to destabilise the view of an Africa marked only by misery and backwardness, as well as historically contextualising the origins of negative images through the instrumentalisation of religion and racial theories. Additionally, it integrates genomic studies to reinforce the African heritage in the formation of the Brazilian population, acting as an anti-racist tool. The collection ‘History, Society & Citizenship’ by Alfredo Boulos Júnior, although representing an advance in the inclusion of content on African history, with chapters dedicated to civilisations such as Egypt, Nubia, Ghana and Mali, and valuing different sources, presents points of attention. From the perspective of Ivaldo Marciano de França Lima, there is a risk of an epistemological fusion between African history and Afro-Brazilian history, which could reinforce the idea of a static Africa. The structure of the book sometimes follows a chronology linked to the Atlantic slave trade, and the anachronistic use of terms such as ‘blacks’ weakens the proposal for deracialisation. In dialogue with Appiah, the collection may remain tied to racial categories without deconstructing “race” as a social construct, aligning itself with ‘race illusions’. In conclusion, the research reaffirms the importance of a critical approach to the use of teaching materials, highlighting that overcoming stereotypical views is a complex process. The teacher, as a mediator of knowledge, emerges as a fundamental figure in contextualising, problematising and complementing content, ensuring that the teaching of African and indigenous peoples' history promotes inclusion and respect for diversity, combating racism and contributing to the formation of conscious citizens engaged in a more just and equitable society.

**Keywords:** Teaching African history; Textbooks; **representations**; Stereotypes; Law No. 10,639/03

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E SUAS REPRESENTAÇÕES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E O ESTADO DA ARTE .....	17
O Conceito da "Invenção da África" em Kwame Anthony Appiah: Uma Análise da Construção Histórica de uma Identidade Homogênea .....	20
Uma Análise Crítica do Papel da Ideologia Racial na Formação do Pan-Africanismo e na Visão sobre a África.....	23
Análise Crítica das Representações à Luz de Ivaldo Marciano de França Lima: Desconstrução de Estereótipos e Valorização da Diversidade .....	25
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS .....	28
Análise do Livro Didático "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) .....	28
A Desconstrução das estereotípias e a Origem das Representações Negativas .....	28
Estratégias Visuais e a Valorização da Diversidade .....	30
Diálogos com o Presente e a Herança Brasileira.....	30
Análise da Coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) de Alfredo Boulos Júnior .	31
A apresentação da Antiguidade Africana e das Formações Políticas Subsaarianas .....	31
Representações da Influência Africana no Brasil e Pontos Críticos .....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	41
DOCUMENTOS .....	42

## INTRODUÇÃO

O currículo de História no Brasil, por um longo período, foi estabelecido sob uma perspectiva predominantemente pautada em estereótipos. Essa orientação metodológica e narrativa, ao centralizar os eventos e as lógicas de desenvolvimento, tomando os povos originários africanos como destituídos de protagonismo, resultou em representações pautadas; na distorção de complexas trajetórias. Tal abordagem contribuiu para a formação de um imaginário social que desvaloriza as contribuições e as heranças culturais africanas e indígenas, impactando a percepção da identidade nacional.

Diante da necessidade de uma revisão dessa estrutura histórica e pedagógica, a promulgação da Lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, representou um marco legal significativo. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa legislação tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" no currículo oficial da Rede de Ensino. A lei estabeleceu um fundamento para a superação das lacunas históricas e para a promoção de uma compreensão mais abrangente e fidedigna das diversas culturas que compõem a sociedade brasileira.

Essa diretriz legal, ao exigir uma profunda reestruturação do olhar sobre o passado, demanda uma análise crítica dos materiais didáticos. Os livros didáticos, enquanto ferramentas centrais na mediação do conhecimento histórico, carregam consigo representações e perspectivas que podem tanto perpetuar visões simplificadas e estereotipadas quanto promover uma compreensão mais acurada e plural das sociedades e culturas. Assim, a relevância do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, sublinhada pela Lei nº 10.639/03, reside na sua capacidade de impulsionar uma reavaliação do panorama histórico, buscando uma apresentação que reflita a complexidade e a diversidade dessas trajetórias, em vez de reforçar narrativas homogêneas ou distorcidas.

Apesar da Lei nº 10.639/03 ter estabelecido a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo, a efetivação de seus preceitos no ambiente escolar e nos materiais didáticos ainda se apresenta como um complexo desafio. Historicamente, o currículo de História no Brasil foi construído sob uma perspectiva pautada em estereótipos, que enfatizou eventos e lógicas distantes daquelas dispostas aos povos que aqui estavam, antes da invenção do Brasil, resultando em uma visão que por vezes distorceu as trajetórias dos homens e mulheres advindos do continente africano. Essa abordagem contribuiu para a formação de representações estereotipadas do continente

africano, frequentemente associado a conceitos como escravidão, primitivismo ou um vazio histórico, assim como retirou dos homens e mulheres, ditos indígenas, a condição de racionalidade e humanidade disposta nos mesmos.

Nesse cenário, a questão central que esta pesquisa busca problematizar é: de que forma os materiais didáticos de História representam a África, **seus povos, bem como os ditos** indígenas, e como essas representações, por vezes moldadas por vieses preexistentes, podem afetar a compreensão dos estudantes sobre a diversidade e a complexidade histórica? O desafio reside em analisar criticamente se as representações presentes nos livros didáticos superam visões simplificadas, apresentando a história do continente em sua vasta diversidade e complexidade. Isso implica investigar se a forma como esses materiais abordam a África reflete uma análise histórica rigorosa, capaz de confrontar o que se pensa no Brasil sobre o continente com a realidade complexa e plural do "outro lado do Atlântico".

Portanto, este estudo visa a aprofundar a compreensão sobre como essas representações são construídas e quais suas implicações para uma educação que se pretenda científica e objetiva, buscando ir além de discursos que, ao pautarem-se em certas premissas, podem comprometer a análise imparcial dos fenômenos históricos e a promoção de um diálogo construtivo. O foco será identificar se as narrativas didáticas promovem uma compreensão equilibrada e baseada em evidências, ou se reforçam visões que podem ser consideradas unidimensionais ou ideologizadas, prejudicando a formação crítica do aluno.

A presente investigação científica pauta-se por objetivos claros e precisamente definidos, que guiarão todas as etapas do processo de pesquisa, desde a seleção das fontes até a interpretação dos dados. O propósito central deste estudo é delineado no objetivo geral a seguir, **qual seja**: Analisar criticamente as representações da África e dos povos **ditos** indígenas em livros didáticos de História, à luz de referenciais teóricos que abordam a desconstrução de estereótipos e a superação dos **vieses pautados em pressupostos que não levam em conta as lógicas dos povos representados**. Este objetivo visa empreender um exame rigoroso e imparcial das narrativas e imagens veiculadas nos materiais didáticos de História. A "análise crítica" implica em desvelar as formas como o continente africano e os povos **ditos** indígenas são retratados, identificando padrões, lacunas e vieses que podem influenciar a compreensão dos estudantes. Será investigado de que maneira as representações se articulam com a persistência de estereótipos que simplificam ou distorcem a complexidade cultural e histórica desses povos. O estudo se apoiará em

"referenciais teóricos" consolidados no campo da historiografia e dos estudos críticos, sem tomar apoio em nenhuma corrente existente na História, de modo a dispor de ferramentas conceituais necessárias para aprofundar a "desconstrução de estereótipos", entendida como o processo de identificar e desarticular as imagens homogêneas ou pejorativas. Adicionalmente, a análise buscará apontar caminhos para a "superação destes estereótipos", propondo uma perspectiva que transcenda a ideia de que uma história só seja possível se contada a partir de uma visão centrada, a exemplo do afrocentrismo ou o seu oposto, o dito eurocentrismo. Este trabalho trilhou o caminho da perspectiva de que a história dos homens e mulheres, quaisquer que sejam os espaços em que se encontram, são passíveis de serem narradas por qualquer especialista, desde que munido do maior número possível de documentos, indícios, vestígios, referências bibliográficas, dentre outras, e que as diferenças existentes entre os povos se constitui no campo da cultura. Ou seja, um homem ou mulher nascido em África, Europa ou nas Américas não é dotado de uma essência biológica. Ao contrário, está imerso em campos de força e redes de sociabilidade atravessadas por complexos contextos culturais. Deste modo, a tentativa deste trabalho é de buscar uma visão mais plural e contextualizada da história mundial, conforme as especificidades dos contextos africanos e dos ditos indígenas. O foco é contribuir para uma educação histórica que se pautar pela acurácia e multiplicidade de perspectivas, sem aderir a pressupostos que possam comprometer a objetividade científica. Deixando claro que esta objetividade não pode ser compreendida sob o manto da neutralidade científica. Ao contrário, o que se irá buscar é a objetivação, no sentido de reduzir os vieses ao máximo.

Dando prosseguimento aos propósitos desta investigação, os objetivos específicos são delineados para guiar a análise detalhada e crítica do objeto de estudo: Discutir a importância da Lei nº 10.639/03 como marco para o ensino de História da África, enfatizando seu papel na superação de lacunas históricas e na promoção de uma compreensão abrangente. Este objetivo visa analisar criticamente a promulgação da Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, como um ponto de inflexão na estrutura educacional brasileira. Será abordado de que forma essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" no currículo oficial. A discussão focará em como a lei buscou superar uma tradição historiográfica que marginalizou e distorceu as trajetórias de homens e mulheres advindos do que hoje nomeamos por África. Enfatizar-se-á o papel da lei como um dispositivo legal e pedagógico para impulsionar

uma reestruturação do olhar sobre o passado, impactando a percepção da identidade nacional e promovendo uma visão mais acurada das diversas culturas que compõem o Brasil.

Buscou-se explorar a formulação da categoria de "invenção da África" e as "ilusões de raça", a partir da perspectiva de Kwame Anthony Appiah, desvelando a construção de identidades homogêneas, indicando que termos como "europeu" ou "africano", por seu turno, sugerem conceitos que não se traduzem na História. Ora há como pensar Europa e África sob pressupostos homogêneos? Há algo em comum a estes povos, no âmbito da cultura? Ou os usos destes adjetivos pátrios remetem à reivindicações pautadas nas ideias de raça, disseminadas ao longo do século XIX, sob o advento do colonialismo, e das suas ressignificações dispostas em contrário, a exemplo do pan-africanismo? Este objetivo visa aprofundar a compreensão sobre como a noção de uma "África" unificada, coesa e homogênea constitui uma construção intelectual da modernidade. Conforme Kwame Anthony Appiah, em sua obra "Na Casa de Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura", essa concepção é, fundamentalmente, uma invenção histórica, forjada por um complexo entrelaçamento de forças externas, como o colonialismo e a escravidão, e internas, como o pan-africanismo. Será investigado como Appiah desarticula essa ideia, argumentando que tal homogeneização foi instrumental para justificar a exploração e a escravização, fundamentadas em teorias raciais que hierarquizavam as sociedades humanas. Adicionalmente, o objetivo abarca a análise das "ilusões de raça" de Appiah, demonstrando como a tentativa de definir a raça com base em "sangue comum" ou em uma "história comum" é problemática, e como a raça é uma construção social que biologiza a cultura e impede uma compreensão plural das identidades humanas. A exploração desse conceito é fundamental para entender como a ideia de uma África homogênea é um discurso que minimiza a vasta diversidade do continente, de seus povos, paisagens e distintas trajetórias históricas e políticas. O mesmo se pode afirmar, por seu turno, em relação à Europa: toma-la como uma homogeneidade é esquecer dos seus diversos e múltiplos contextos históricos e regimes de historicidade.

Também será utilizado o referencial teórico de Ivaldo Marciano de França Lima, que enceta questões no âmbito do método, como forma para compreender os meios em que o continente africano é representado em diferentes contextos e circunstâncias, e de como isto reverbera nos livros didáticos e diferentes discursos. É preciso compreender a África brasileira, cotejando esta com o que há em termos de historiografia e representações entre os homens e mulheres que estão do outro lado do Atlântico. Tudo

isto, bem-dito, para analisar a construção de representações e a identificação de estereótipos em materiais didáticos. Este objetivo visa empregar a lente crítica oferecida pela obra de Ivaldo Marciano de França Lima, que se debruça sobre a formação de representações, a persistência de estereótipos e a manutenção de vieses na compreensão do continente africano e dos ditos povos indígenas. A perspectiva de Lima permite um exame aprofundado de como um livro didático pode tanto reforçar o senso comum, quanto atuar na identificação e desarticulação de discursos pautados em estereotípias. Será fundamental analisar como os materiais didáticos combatem a perpetuação da imagem de uma África homogênea ou associada exclusivamente à miséria, e a verificação da instrumentalização de teorias raciais como ferramentas de desvalorização e opressão cultural, conforme apontado por Lima. A ênfase recairá sobre a aplicabilidade do referencial de Lima para desvelar as complexidades inerentes à representação histórica.

Outro objetivo, disposto ao longo deste trabalho, é a análise das estratégias visuais e textuais do livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023), na identificação e superação de representações pautadas em estereotípias. Este objetivo se concentrará no estudo do livro didático "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023), reconhecido por sua proposta pedagógica que busca ativamente confrontar narrativas diversas. A análise investigará as estratégias visuais empregadas, como a justaposição de imagens contrastantes (por exemplo, crianças somalis e a cidade de Joanesburgo), para desestabilizar a visão de uma África marcada apenas pela miséria e atraso. Será explorado como o material didático contextualiza historicamente a genealogia das imagens sobre a África, demonstrando como foram dispostas e construídas por meio da instrumentalização da religião e do desenvolvimento de teorias raciais. A análise contemplará a abordagem do livro em relação aos diálogos com o presente, incluindo o tráfico negreiro, a dispersão de homens e mulheres de África pelo mundo, e como ele aborda estudos genômicos para reforçar uma dita "herança africana" na formação da população brasileira.

Também será analisada a abordagem da coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016), de Alfredo Boulos Júnior, sobre a História da África e suas representações, identificando avanços e pontos de atenção. Este objetivo visa analisar como a coleção busca incorporar a História da África, em conformidade com a Lei nº 10.639/03. Entre os avanços, destaca-se a dedicação de capítulos específicos às civilizações dispostas no continente africano, apresentando sua complexidade, como o Egito, Núbia, Gana e Mali, e a valorização de diferentes fontes para o estudo da história

africana. No entanto, a análise crítica revelará pontos de atenção, como o risco de uma fusão epistemológica entre a História da África e a História dita Afro-Brasileira, o que pode reforçar a ideia de uma África estática, sob a ótica de Lima. Será examinada a estrutura do livro, que por vezes segue uma cronologia atrelada ao tráfico atlântico, e a utilização anacrônica de termos que podem ser considerados problemáticos para a "desracialização". Dialogando com Kwame Anthony Appiah, será observado se a coleção, mesmo ao apresentar a diversidade étnica, pode permanecer atrelada a categorias raciais, sem desconstruir a "raça" como uma construção social.

Dando prosseguimento aos objetivos específicos, e visando uma apresentação mais aprofundada e academicamente rigorosa, podemos detalhar os principais pontos da pesquisa da seguinte forma: Utilizar o referencial de Ivaldo Marciano de França Lima para analisar a construção de representações e a identificação de estereótipos em materiais didáticos. Este objetivo visa empregar a lente crítica oferecida pela obra de Ivaldo Marciano de França Lima, que se debruça sobre a formação de representações, a persistência de estereótipos e a manutenção de vieses na compreensão do continente africano e dos povos indígenas. A perspectiva de Lima permite um exame aprofundado de como um livro didático pode tanto reforçar o senso comum quanto atuar na identificação de discursos pautados em estereótipos. Será fundamental analisar como os materiais didáticos combatem a perpetuação da imagem de uma África homogênea, ou associada exclusivamente à miséria, e a verificação da instrumentalização de teorias raciais como ferramentas de desvalorização e opressão cultural, conforme apontado por Lima. A ênfase recairá sobre a aplicabilidade do referencial de Lima para desvelar as complexidades inerentes à representação histórica.

A avaliação da coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016), de Alfredo Boulos Júnior, revela uma abordagem que, embora em conformidade com a Lei nº 10.639/03, apresenta tanto avanços significativos, quanto pontos que demandam atenção crítica.

Entre os avanços, destaca-se o esforço da coleção em incorporar a História da África ao currículo do Ensino Médio. A obra dedica capítulos específicos às civilizações africanas, buscando apresentá-las em sua complexidade, como o Egito e a Núbia (Kush), e formações políticas posteriores, como os impérios do Sahel (Gana e Mali). Há, inclusive, uma ressalva importante de que o Egito, apesar de sua localização, frequentemente não é associado ao continente africano, o que a coleção busca corrigir. Um ponto positivo reside na valorização de diferentes fontes para o estudo da história

africana, incluindo as fontes orais (como os griôs), as fontes escritas árabes e as arqueológicas. Essa abordagem contribui para construir uma imagem da África como um espaço de rica e complexa organização social e política, combatendo a visão simplista de um continente sem história. Adicionalmente, a coleção reconhece a existências de compósitos complexos, em que há elementos das mais variadas “origens”, e que é representado no livro sob o discurso da dita “influência africana” na cultura brasileira, mencionando as contribuições linguísticas de línguas bantos e outras, a exemplo do iorubá para o português, além de uma dada presença da cultura dita banto em manifestações como a capoeira e o congado. A coleção também valoriza a agência e as diversas formas de resistência dos “africanos” e de seus “descendentes” no Brasil.

No entanto, a análise crítica dos volumes da coleção "História Sociedade & Cidadania" revela pontos de atenção que merecem ser considerados. Sob a perspectiva teórica de Ivaldo Marciano de França Lima, percebe-se o risco de uma fusão epistemológica entre a História da África e a História Afro-Brasileira, o que pode reforçar a ideia de uma África estática. A estrutura do livro, por vezes, segue uma cronologia atrelada ao tráfico atlântico, o que pode configurar uma narrativa centrada na experiência europeia/brasileira, ao invés de destacar o protagonismo africano em suas próprias dinâmicas.<sup>1</sup> Além disso, a utilização de termos como "negros", de forma anacrônica para se referir à África anterior ao período da presença dos “europeus” é uma questão que enfraquece a proposta de desracialização. Dialogando com Kwame Anthony Appiah, observa-se que, mesmo ao apresentar a diversidade étnica, a coleção pode permanecer atrelada a categorias raciais, sem desconstruir a "raça" como um constructo sócio histórico cultural, o que se alinha às "ilusões de raça" apontadas por Appiah. Em síntese, embora a coleção ofereça um panorama conteudístico amplo, ela se beneficiaria de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre a racialização e a centralidade da experiência dita diaspórica para narrar a história do continente africano. Boa leitura!

---

<sup>1</sup> Sobre esta questão, dada a exiguidade do espaço, não terei como aprofundar a análise de como lógicas dispostas em essencialismos permeiam o mercado editorial brasileiro. Estas, seja em livros ditos acadêmicos, ou naqueles constituídos sob o rótulo de “didáticos” ou “paradidáticos”, trazem consigo a compreensão de que no Brasil todo homem ou mulher dotado de uma cor que não seja branca, é, inevitavelmente descendente do continente africano. E a história destes, neste sentido, é vista como disposta no livro História e Cultura afro-brasileira, de autoria de Mattos (2007): dividido em três partes, o livro traz, na primeira, uma “história da África”, ao passo que na segunda parte há os aspectos alusivos à história do tráfico atlântico, e por fim, na terceira parte, a história dos ditos negros brasileiros. Esta compreensão também está subsumida em diversos livros didáticos, a exemplo da coleção “A África está em nós”, de autoria de Benjamin (2004). Esta coleção, pelo título, traz a ideia de que a África é uma espécie de essência, que pode ser transposta de um espaço a outro, mantendo-se de forma incólume.

## **CAPÍTULO 1 – O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E SUAS REPRESENTAÇÕES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E O ESTADO DA ARTE**

A Importância do Ensino de História da África no Brasil: Uma Análise Acadêmica à Luz da Lei nº 10.639/03.

O ensino de História da África no Brasil transcende a mera adição de um novo conteúdo ao currículo escolar; ele representa uma reivindicação apoiada no discurso da “reparação histórica” e um pilar fundamental para a construção de uma sociedade que se reconheça em seus delineamentos e contornos. A promulgação da Lei nº 10.639 em 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi um marco legal que tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" na rede de ensino. Essa legislação não apenas reconheceu a profunda dívida social que o Brasil tem com os homens e mulheres com tons de peles não brancos, mas também estabeleceu a base para uma transformação pedagógica necessária, desafiando uma estrutura educacional historicamente pautada em estereótipos diversas.

Historicamente, o currículo de História no Brasil foi construído sob uma perspectiva estereotipada, que enfatiza eventos e lógicas essencializadas, tratando a Europa de modo homogêneo, como o centro da produção de conhecimento e significado histórico. Essa abordagem resultou em uma visão pautada em estereótipos da história mundial, na qual o continente africano era frequentemente retratado de forma estereotipada, associado apenas à escravidão, ao primitivismo ou a um vazio histórico. Essa narrativa hegemônica não só marginalizou as ricas e complexas trajetórias das civilizações, “reinos” e “impérios” africanos, como também negou a agência e o protagonismo dos homens e mulheres de África, e dos seus supostos descendentes na formação do Brasil. Ao fazer isso, perpetuou-se um imaginário social que desvaloriza as ditas heranças africanas, retroalimentando estereótipos diversas. Aqui é preciso indicar que me refiro a ideia de herança como parte de um discurso apoiado na crença em uma origem essencial. O fazer e refazer cotidiano dos homens e mulheres, imersos em complexas relações do campo da cultura, não são pautadas em composições plenamente côncias, de maneira que se tenha conhecimento da origem das práticas e costumes. Os modos como a composição das práticas são apresentados, neste contexto, reforçam a ideia de uma linearidade e constante origem essencial. O fazer cotidiano é eivado de uma múltipla e complexa confluência de circunstâncias, não sendo razoável atribuir ideias de “heranças” para uma dada prática e costume. No entanto, os livros didáticos, assim como

os discursos, trazem consigo a ideia de origem, adstrita sob o conceito de heranças, logo, estas são vistas, no caso daquelas supostamente advindas de África, no lugar de secundárias e marginais. Ainda que estas heranças sejam reivindicações discursivas, reitere-se que estas, mesmo nesta perspectiva, jogam a África para um lugar da estereotipia.

É razoável refletir sobre os seguintes pressupostos, alguns destes discutidos por Lima (2008): em sendo a capoeira, o samba, ou mesmo o candomblé, transposições *ipsis literis* do continente africano, como considerar o protagonismo dos homens e mulheres que “inventaram” tais práticas em solo brasileiro? E se levarmos ao cabo os discursos de origem, em conformidade com as teses predominantes entre os folcloristas da primeira metade do século XX, de que a tradição é um clássico que sobrevive, como afirmava Cascudo (2005), como representar aqueles e aquelas que compuseram práticas e costumes diversos, resultando na constituição de diferentes manifestações culturais e compósitos vários? Estas pessoas são apenas “repetidoras” de “heranças transmitidas de pai para filho”, como definiu Cascudo no prefácio de seu festejado livro *Vaqueiros e Cantadores* (2005)?

A Lei nº 10.639/03 surge, portanto, como um dispositivo legal e pedagógico para combater ativamente essa estrutura de estereotípias, ainda que a lei e o seu texto tragam consigo riscos diversos de essencializações, conforme aponta Lima (2019a) em discussão sobre o processo histórico em que emerge a lei, e atribui contornos de linearidade para práticas e processos históricos distintos. Sua implementação exige que os materiais didáticos e as práticas em sala de aula superem a visão estereotipada da África, o que leva a necessidade de rever também o próprio texto da lei, que em alguns momentos estabelece como sinônimos os termos “africano”, “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “negros”. O objetivo, nesta visão crítica da lei, ainda que considerando sua importância, é apresentar a história do continente em sua vasta diversidade e complexidade, abordando suas diferentes sociedades, culturas e períodos históricos. Livros didáticos analisados no contexto acadêmico demonstram esforços para se alinhar a essa diretriz. Por exemplo, a obra *"Minha África Brasileira e povos indígenas"* busca explicitamente desconstruir a ideia de uma África homogênea, apresentando sua diversidade étnica, cultural, geográfica e política, além de discutir a influência de teorias raciais na construção de imagens “negativas” sobre o continente.

Além de superar (ou corrigir, como se diz no senso comum) uma lacuna histórica, o ensino de História da África é uma ferramenta poderosa para o combate aos contextos

do preconceito de cor existentes no Brasil. Ao apresentar civilizações como o Egito, a Núbia (Kush), e os impérios de Gana e Mali, os alunos passam a compreender a África como berço da humanidade e como um continente com um legado de desenvolvimento científico, artístico e político. Óbvio que o ideal, para este contexto, deveria ser o de informar o continente africano como resultante de uma invenção, operada a partir de discursos pautados no tempo e no próprio espaço, conforme Mudimbe (2013 b), para compreender África, ou Muniz (1999), para processo análogo ao que hoje se nomeia por Nordeste. A coleção "História Sociedade & Cidadania" aborda, por exemplo, a complexidade de formações políticas africanas, a importância do comércio transaariano e a sofisticação da arte iorubá, cujas influências são **reivindicadas** no Brasil. Essa abordagem positiva e diversificada é essencial para desconstruir preconceitos e valorizar as ditas contribuições africanas para o patrimônio mundial e, crucialmente, para a identidade brasileira, sob o signo do discurso da herança, evidentemente.

A valorização da cultura dita afro-brasileira é outro pilar da lei. O estudo da história africana permite que os estudantes compreendam os pressupostos do que se nomeia por “raízes” de inúmeras manifestações culturais brasileiras, a exemplo da capoeira, candomblé, jongo e as influências linguísticas, como as existentes nas línguas banto ou nas complexas e dinâmicas línguas faladas pelos povos iorubanos. Reconhecer e valorizar essas ditas heranças, ainda que limitada sob o signo de que uma prática é dotada de uma origem essencial, fortalecerá a identidade dos homens e mulheres de cor de pele não brancas, promovendo um senso de pertencimento, ao mesmo tempo em que educa toda a sociedade sobre as supostas “origens múltiplas” que constituem a sociedade brasileira. Não se trata de uma contradição, ao apresentar a necessidade de se desconstruir a ideia de que as práticas sejam dotadas de uma origem, e ao mesmo tempo indicar o fato de que é importante rever a importância de supostas origens diversas daquelas apresentadas nos espaços formais ou livros didáticos. Ainda que as práticas e costumes sejam tecidos no dia a dia, o que lhes confere uma brasilidade indistinta, importa reivindicar para o escopo das heranças outras origens além daquelas existentes no continente europeu. O ensino dessa história fomenta a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e participativos, capazes de refletir sobre as desigualdades existentes entre os homens e mulheres com tons de pele diversos, buscando a construção de outra sociedade, com perspectivas apoiadas em referências mais isonômicas.

Em suma, a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, consolidada pela Lei nº 10.639/03, é de importância capital para a educação

brasileira. Ela representa um movimento acadêmico e político para desafiar narrativas hegemônicas, promover uma educação **mais próxima do que se nomeia por ideal, visando a construção de** uma identidade nacional que reflita, de fato, sua diversidade. Não se trata de uma simples inclusão curricular, mas de uma profunda reestruturação do olhar sobre o passado, que impacta diretamente a forma como os brasileiros se veem no presente e projetam um futuro mais inclusivo e justo. A contínua análise crítica de materiais didáticos e a formação de professores são **fundamentais** para garantir que o espírito da lei se materialize em práticas pedagógicas transformadoras.

### **O Conceito da "Invenção da África" em Kwame Anthony Appiah: Uma Análise da Construção Histórica de uma Identidade Homogênea**

A noção de uma "África" unificada, coesa e homogênea é uma das construções intelectuais mais persistentes e problemáticas da modernidade. O filósofo e teórico cultural Kwame Anthony Appiah, em sua obra seminal "Na Casa de Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura", dedica-se a desconstruir essa ideia, argumentando que a própria concepção de "África" como uma unidade é, fundamentalmente, uma invenção histórica, **possível de ser localizada como algo que se constitui ao longo do século XIX**. Longe de ser uma identidade orgânica e preexistente, essa noção foi forjada por um complexo entrelaçamento de forças externas, como o colonialismo e a escravidão, e internas, como o movimento pan-africanista, que, em sua busca por solidariedade, acabou por reforçar categorias que buscava combater.

A análise de Appiah revela que a invenção de uma África singular tem suas raízes na perspectiva colonialista, forjada ao longo do século XIX, e que em certa medida dominou o pensamento predominante no Ocidente a partir do período das grandes navegações. O tráfico transatlântico e a subsequente colonização impuseram ao continente uma identidade externa, que ignorava sua vasta diversidade de povos, culturas, línguas e sistemas políticos, conforme discute Mbembe (2001) ao mostrar que África teve sua identidade forjada e imposta, sob categorias exógenas e que ainda hoje lhe são estranhas. A África foi imaginada como o "outro" da Europa, um espaço monolítico definido pela "raça negra", cuja história e contribuições eram sistematicamente negadas ou diminuídas (Mbembe, 2014). Essa homogeneização foi instrumental para justificar a exploração colonial e a escravização, fundamentadas em teorias raciais que

hierarquizavam as sociedades, posicionando os europeus no topo do desenvolvimento civilizacional.

Reitere-se aqui o fato de que a subversão dos lugares, feita pelos pan-africanistas na segunda metade do XIX e primeira do XX, ainda que na tentativa de supostamente combater as distorções, obviamente se constituiu sob a lógica do espelho invertido. A ideia de associar o negro ao continente africano, assim como o branco à Europa, mesmo que sob o discurso de atribuir ao primeiro a condição de protagonista, traz consigo as dimensões da essencialização, e por tabela, nega o pressuposto da cultura para homens e mulheres. Ainda sob esta questão é que se pode explicar o fato de que no senso comum, há discursos que reivindicam uma essência para os negros, jogando os mesmos para a ideia de que sua religião deve ser apenas o candomblé, e a estética definida por determinados trejeitos, contrapostos ao cristianismo, de “origem europeia”. Aqui se tem a negação da história sob todos os contextos, uma vez que o espaço em que teria nascido o cristianismo, conforme discursos e documentos que lhe sustentam, teria sido em espaço contíguo ao Egito. Logo, como poderia o cristianismo ter chegado primeiro na Europa, quando o seu berço foi praticamente em espaço vizinho ao norte do que hoje nomeamos por África? Observemos aqui, neste sentido, vasta fortuna crítica que aponta exatamente esta questão, qual seja, de que o cristianismo chega primeiro em África, conforme Oliver (1994), M'Bokolo (2009) e Meredith (2017). Importante também observar os contextos discutidos por Oden (2023), que demonstra não apenas ter sido o cristianismo chegado primeiro ao continente africano, como também já existir em período anterior diversas comunidades praticantes do judaísmo, em período anterior ao que hoje nomeamos por era comum.

Paradoxalmente, **estes mesmos pressupostos que serviram para subjugar** os povos africanos e seus **ditos** descendentes, tornou-se um elemento central na articulação de movimentos de “resistência”, como o pan-africanismo. Appiah examina como intelectuais da **dita** diáspora, especialmente afro-americanos e afro-caribenhos, foram cruciais na formulação de uma identidade pan-africana. Movidos pela experiência compartilhada do racismo e da marginalização, eles buscaram na “África” uma pátria ancestral e um fundamento para a solidariedade política.

No entanto, Appiah demonstra as contradições inerentes a esse processo. Ao analisar o discurso de figuras como Alexander Crummell, um dos precursores do nacionalismo africano, ele expõe uma profunda ambivalência. Crummell, ao mesmo tempo em que defendia a união dos “povos negros”, reproduzia visões hierárquicas ao

considerar a língua inglesa e a cultura europeia como superiores, revelando a influência das categorias de poder coloniais no próprio “pensamento dito de resistência”. O pan-africanismo, portanto, embora tenha sido um movimento de contestação, acabou por internalizar e operar dentro da lógica racial que pretendia desafiar. Tem-se aqui a lógica do espelho invertido.

A crítica de Appiah se aprofunda no capítulo "Ilusões de Raça", onde ele diseca a obra de W.E.B. Du Bois, uma figura central do pan-africanismo. Appiah argumenta que Du Bois lutou com a definição de "raça", oscilando entre uma concepção biológica, baseada em "sangue comum", e uma sócio-histórica, fundamentada em uma "história comum" de opressão. Para Appiah, ambas as abordagens são problemáticas. A primeira carece de validade científica, enquanto a segunda pressupõe uma unidade preexistente para explicar a própria identidade que busca definir. A tentativa de Du Bois de redefinir a identidade pan-africana como uma "herança social de escravidão, de discriminação e de insulto" é vista por Appiah como uma solução que, embora politicamente potente, permanece presa a uma lógica essencialista que obscurece a diversidade de experiências do continente. A raça, conclui Appiah, é uma "ilusão", uma construção social que biologiza a cultura e impede uma compreensão mais plural e dinâmica das identidades humanas. Aqui posso afirmar, portanto, como é importante compreender os encontros da obra de Appiah, notadamente aquela já citada (1997), com os trabalhos advindos das pesquisas de Ivaldo Lima, sobretudo “Representações da África no Brasil” (2018), em que discute os contextos e delineamentos da África Brasileira, tomando os trabalhos de Zamparoni (1995; 2007) como referência.

Portanto, o conceito da "Invenção da África" expõe como a ideia de uma África homogênea é uma “ficção histórica” com implicações profundas. Ela minimiza a diversidade de mais de três mil povos, a pluralidade de paisagens e as distintas trajetórias históricas e políticas do continente (KI-ZERBO, 2002; HERNANDEZ, 2005; KHAPOYA, 2015). Essa homogeneização, segundo Appiah, não serve apenas como uma ferramenta de análise falha, mas também tem consequências políticas, podendo levar a um isolamento cultural e a uma incapacidade de reconhecer a complexidade das interações entre a África e o resto do mundo.

Para o ensino de História, as implicações são imensas. Conforme Ivaldo Lima (2019 b), o ensino de História de África em nosso país retroalimenta as estereótipos e essencializações, ainda que pautadas sob o discurso dito “decolonial” ou aparentado como “crítico ao pensamento ocidental e colonizado”. Eu diria que grande parte destes

trabalhos, ditos decoloniais, trazem consigo repertórios que reforçam o que afirmam combater. Um ensino crítico, informado pela perspectiva de Appiah, deve ir além de representações cristalizadas e essencializadas. É fundamental que materiais didáticos e práticas pedagógicas, em conformidade com o espírito da Lei nº 10.639/03, trabalhem ativamente para desconstruir esses estereótipos, valorizando as múltiplas narrativas e a complexidade das sociedades existentes em África. O desafio, nesta perspectiva, é construir uma solidariedade fundada não sobre as "ilusões de raça", mas apoiada no reconhecimento de uma história compartilhada de desafios e a celebração de uma inesgotável diversidade cultural.

### **Uma Análise Crítica do Papel da Ideologia Racial na Formação do Pan-Africanismo e na Visão sobre a África**

A ideologia racial, uma construção social forjada no contexto da expansão europeia e do tráfico de escravos, desempenhou um papel paradoxal e profundamente complexo na formação do pan-africanismo e na consequente visão sobre a África. Se, por um lado, a noção de "raça" foi o principal instrumento de opressão e desumanização dos povos africanos e de seus ditos descendentes, por outro, ela foi ressignificada e mobilizada como o alicerce fundamental para a construção de uma identidade comum e de um projeto político de libertação. A análise dessa dualidade, especialmente através da lente crítica de Kwame Anthony Appiah, revela como o pan-africanismo, em sua luta contra o racismo, ficou intrinsecamente atrelado às mesmas categorias raciais que buscava superar.

O pan-africanismo emergiu como uma resposta direta à opressão colonial e à "diáspora" forçada, unindo intelectuais e ativistas em torno de uma identidade compartilhada. Essa identidade foi, em grande medida, edificada sobre a ideia de uma "raça negra" com uma pátria ancestral comum: a África. Appiah demonstra que a centralidade da raça nesse movimento foi, desde o início, marcada por tensões e contradições, visíveis no pensamento de seus precursores.

Um exemplo paradigmático é o do intelectual afro-americano do século XIX, Alexander Crummell. Appiah o analisa para ilustrar a complexa ambivalência do pensamento pan-africanista inicial. Crummell, considerado um dos pais do nacionalismo africano, defendia a união dos povos negros, mas, simultaneamente, refletia uma visão hierárquica das culturas ao advogar pela superioridade da língua inglesa sobre os idiomas

africanos. Essa postura revela a profunda influência das categorias e hierarquias de poder, ditas ocidentais, na própria formulação de um discurso de afirmação de uma dada identidade africana. Assim, a "África" que começava a ser imaginada pelo pan-africanismo era, em parte, uma invenção construída a partir de uma perspectiva externa, que tendia a homogeneizar a diversidade do continente sob o rótulo da raça.

Essa tensão se torna ainda mais evidente na obra de W.E.B. Du Bois, uma figura central do movimento. Appiah dissecou o que ele chama de uma "dialética clássica" no pensamento de Du Bois: a negação da diferença racial para pleitear igualdade e, ao mesmo tempo, a afirmação dessa mesma diferença como fonte de valor e resistência. Du Bois argumentava que cada raça possuía uma "mensagem" única a oferecer à humanidade, e cabia aos negros expressar a sua.

No entanto, Appiah expõe as "ilusões de raça" presentes nessa formulação, apontando as contradições na tentativa de Du Bois de conciliar noções biológicas e sócio-históricas de raça. Du Bois oscilava entre definir a raça com base em um "sangue comum" e em uma "história comum". Appiah critica ambas as noções, argumentando que a ideia de "história comum" já pressupõe uma unidade racial que ela mesma deveria explicar. Mesmo quando Du Bois, mais tarde, tenta redefinir a identidade pan-africana como uma "herança social de escravidão, de discriminação e de insulto", Appiah sustenta que essa abordagem permanece presa a uma lógica essencialista, incapaz de abarcar a complexidade das experiências no continente e na diáspora.

Dessa forma, a ideologia racial foi o cimento que permitiu a construção da solidariedade política do pan-africanismo. Ela forneceu uma linguagem e um senso de destino compartilhado que eram essenciais para a luta anticolonial e **dita** antirracista. Contudo, o preço dessa unidade foi a homogeneização da experiência africana. A noção de uma ancestralidade africana comum, embora politicamente unificadora, obscureceu as vastas diferenças culturais, linguísticas e históricas entre os diversos povos do continente.

Em conclusão, a ideologia racial está na gênese do pan-africanismo, servindo como seu principal catalisador. Foi através da apropriação e da ressignificação da categoria "raça" que uma identidade transnacional foi forjada. No entanto, essa dependência de uma categoria imposta externamente gerou uma visão de África que, em muitos aspectos, espelhava a invenção europeia: um continente unificado por uma essência racial, mais do que por suas múltiplas e dinâmicas realidades históricas e culturais, conforme aponta Mbembe (2001). Appiah nos convida, portanto, a uma reflexão crítica sobre esse legado, defendendo a necessidade de superar as "ilusões de

raça" para construir novas formas de solidariedade que celebrem a diversidade e a complexidade, em vez de obscurecê-las.

### **Análise Crítica das Representações à Luz de Ivaldo Marciano de França Lima: Desconstrução de Estereótipos e Valorização da Diversidade**

O referencial teórico de Ivaldo Marciano de França Lima oferece uma lente crítica indispensável para a análise de materiais didáticos que abordam a história e a cultura da África e dos povos indígenas no Brasil. Sua obra, que se debruça sobre a construção de representações, estereótipos e a persistência de visões distantes das coisas representadas (Lima, 2024), permite aprofundar o exame de como um livro didático pode tanto reforçar o senso comum quanto atuar como um agente de desconstrução. Ao aplicar essa perspectiva ao livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023), é possível avaliar com maior rigor seus avanços e desafios na tarefa de desconstruir imagens estereotipadas e valorizar a imensa diversidade desses povos.

A primeira frente de atuação do livro, em alinhamento com as preocupações de Lima (2018 b), é a desconstrução da visão estereotipada da África como um continente homogêneo, atrasado e marcado exclusivamente pela miséria. O material didático busca ativamente contrapor essa imagem ao utilizar uma iconografia diversificada, que retrata múltiplas paisagens, cidades, povos e expressões culturais do continente. Essa abordagem dialoga diretamente com a crítica de Lima à perpetuação de uma imagem monolítica da África. No entanto, a análise à luz de seu referencial exige um passo adiante: é fundamental questionar se o livro consegue equilibrar adequadamente essas representações. A justaposição de imagens de pobreza extrema com cenas de grande desenvolvimento urbano, por exemplo, embora intencionada a mostrar a diversidade, corre o risco de reforçar uma dualidade simplista, **no qual** apenas algumas áreas da África são consideradas desenvolvidas, enquanto outras permanecem estigmatizadas.

Ademais, o livro didático aborda a influência histórica da religião e das teorias raciais na formação de imagens negativas sobre a África, um ponto central na discussão das discussões encetadas por Ivaldo Lima sobre como o preconceito de cor se manifestou, no que tange ao Brasil, e no racismo propriamente dito, para os contextos alusivos ao colonialismo e ao continente africano, como forma que permitem explicar diferentes situações e contextos. A análise crítica, neste ponto, deve verificar a profundidade com

que o livro didático em análise trata a instrumentalização dessas teorias raciais como ferramenta de desvalorização e opressão das diversas culturas existentes em África.

No que tange aos povos indígenas, a abordagem do livro também se alinha à perspectiva de Lima ao buscar contrapor a estereotipia que os homogeneiza. A obra apresenta imagens de diferentes povos e grupos étnicos existentes no Brasil, com o objetivo de representar a pluralidade de seus povos e culturas. Contudo, uma análise informada pelo referencial de Lima ressalta a importância de ir além da imagem. É crucial que os textos e legendas forneçam informações contextuais adequadas sobre cada etnia e povo, evitando generalizações que, mesmo bem-intencionadas, acabam por desprezitar a diversidade cultural que pretendem valorizar.<sup>2</sup>

Outro ponto de convergência com o pensamento de Ivaldo Lima é o reconhecimento do protagonismo e das lutas contemporâneas dos povos originários. O livro aborda a resistência indígena e a contínua luta pela terra, temas que Lima aponta como fundamentais para a compreensão de suas realidades e para o reconhecimento de sua agência histórica. A análise crítica deve, então, avaliar se o material didático aprofunda essa discussão, tratando-a não como um tópico do passado, mas como uma questão urgente e relevante para a formação cidadã dos alunos.

Em conclusão, a aplicação do referencial teórico de Ivaldo Marciano de França Lima revela-se uma ferramenta poderosa para uma análise crítica e contextualizada das representações da África e dos ditos povos indígenas no livro didático. A obra "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" demonstra avanços significativos ao buscar ativamente desconstruir estereótipos e valorizar a diversidade, alinhando-se aos princípios de uma educação plural. Contudo, é o olhar crítico, fomentado por teóricos como Ivaldo Marciano de França Lima, que impulsiona o educador a utilizar o material

---

<sup>2</sup> Estou tomando como distintos os conceitos de povo e grupo étnico, por entender que ambos possuem tessituras distintas, e se propõem a traduzir fenômenos complexos, ainda que diferentes. Povo, como conceito, remete para a ideia de um agrupamento de grandes proporções, que se imagina como uma comunidade imaginada, conforme Anderson (2008), com ideia de origem em comum e que compartilha território e língua, ainda que passível de dispor de muitas identidades dentro de uma outra maior. Grupo étnico, enquanto conceito, serve para definir pequenos agrupamentos, com estabelecimento de fronteiras, e delineamento de uma dada identidade em comum, pautada no compartilhamento de território, língua e mito de origem em comum. É corrente e razoável indicar que o conceito de grupo étnico, conforme Fenton (2005) e Barth (2000), serve para definir agrupamentos com menor quantidade de indivíduos, quando comparados a um dado povo, de maneira que seja possível pensar no estabelecimento de fronteiras étnicas a partir do uso de um sinal diacrítico, podendo ser um brinco, tatuagem, marca no corpo ou uma dada vestimenta. Sobre o conceito de étnico, ver também: Poutignat; Streiff-Fenart, 2011.

de forma reflexiva, complementando-o com outras fontes e aprofundando os debates para garantir um ensino de História que verdadeiramente promova a inclusão e o respeito à diversidade em suas múltiplas dimensões. Fundamentado neste arcabouço teórico, que discute desde a importância legal do tema até as complexas noções de 'invenção da África' e 'ilusões de raça', o capítulo seguinte dedicar-se-á à análise prática de como estas questões se materializam em dois conjuntos de materiais didáticos de grande circulação.

## **CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Este capítulo dedica-se à análise aprofundada de como os livros didáticos selecionados para esta pesquisa abordam as representações da África e dos povos indígenas. Como ferramentas pedagógicas centrais, os livros didáticos desempenham um papel crucial na mediação do conhecimento histórico e na formação da percepção dos estudantes sobre diferentes culturas e povos. À luz da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, a análise crítica desses materiais torna-se um exercício fundamental para avaliar os avanços, as limitações e as estratégias utilizadas para superar uma tradição curricular marcadamente pautada em estereótipos, como forma de promover uma educação plural e mais condizente com o que existe, ou que ao menos não forneça representações tão distantes da coisa representada.

### **Análise do Livro Didático "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023)**

O livro didático "Minha África Brasileira e povos indígenas", adotado pelo Governo do Estado da Bahia, apresenta uma proposta pedagógica que busca ativamente se contrapor a narrativas hegemônicas, posicionando-se como um agente de desconstrução de estereótipos e de valorização da diversidade. Sua análise revela uma estrutura e abordagem que dialogam diretamente com as críticas teóricas contemporâneas sobre o ensino de História, estabelecendo a desconstrução de estereótipos não como um tema secundário, mas como o próprio alicerce de sua proposta pedagógica.

### **A Desconstrução das estereótipos e a Origem das Representações Negativas**

Uma das características mais notáveis da obra é sua crítica explícita ao que o autor nomeia por eurocentrismo. A abordagem crítica começa de maneira impactante já no primeiro capítulo, "Berço da Humanidade", que introduz o continente africano como espaço de civilizações milenares, contrapondo-se à visão que marginaliza as contribuições africanas. O livro conceitua o eurocentrismo como a ênfase em eventos narrados a partir de lógicas europeias e propõe exercícios que instigam os alunos a identificar essa perspectiva em seu cotidiano, questionando ativamente por que a visão de

uma África homogênea e atrasada é tão prevalente. Tal visão, no entanto, contrasta com a ideia da representação concebida por Schopenhauer (2020), sendo esta a que baliza o entendimento do conceito em questão. Para Schopenhauer, todo indivíduo que descreve ou define algo, o faz a partir dos seus valores, costumes e ideias, o que confere à representação algo que esteja acima dos jogos advindos da ideia da verdade ou da mentira. Representação, neste sentido, é uma descrição ou definição pautada a partir do sujeito, e quem a faz toma suas lógicas como norte. Ora, como podem brasileiros ou pessoas não europeias tomarem uma representação pautada no eurocentrismo, a partir desta definição de Schopenhauer? Além disso, importa definir que jamais haveria uma dada representação homogênea, dita eurocêntrica, pelo simples fato de que também o continente europeu é ele próprio plural e diverso, o que impede a existência de convergências tão absolutas, que legitime ou autentique o rótulo tão propalado de eurocentrismo.

Ainda sobre o livro didático em análise, para aprofundar essa crítica, a obra contextualiza historicamente as origens das imagens estereotipadas sobre a África, demonstrando como elas foram deliberadamente construídas por meio de dois pilares ideológicos: a instrumentalização da religião e o desenvolvimento de teorias raciais. Isto, no entanto, não foi suficiente para conformar um plano de ideias que fomentasse o que se define, em larga medida, como eurocentrismo. O texto remonta ao período das navegações, explicando como a necessidade de mão de obra para as monoculturas nas Américas levou ao tráfico de africanos escravizados. Nesse contexto, o livro destaca a influência de bulas papais que, ao chancelarem a escravidão, construíram uma imagem dos africanos como pagãos, cuja sujeição seria um meio de salvação, legitimando a sua desumanização.

Avançando para o século XIX, o livro aborda o surgimento das teorias raciais, que, sob o verniz da ciência, deturpou as ideias de Charles Darwin para estabelecer uma falsa hierarquia evolutiva entre as sociedades. Essa hierarquização serviu como justificativa "científica" para o neocolonialismo e a Partilha da África, sob a égide do imperialismo. Ao articular a influência da religião com as teorias raciais, o livro demonstra que a construção de uma imagem negativa da África foi um processo contínuo, que mobilizou as mais altas fontes de autoridade de cada época para seus fins. Em contrapartida a essa tradição, a obra valoriza a necessidade de uma reescrita da história, impulsionada por movimentos como o pan-africanista e o de negritude, e reconhecendo a oralidade como fonte histórica legítima.

## **Estratégias Visuais e a Valorização da Diversidade**

O livro utiliza as representações visuais como uma ferramenta pedagógica estratégica para combater estereótipos. A obra emprega um método de confronto visual para desafiar as percepções pré-concebidas dos alunos, como ao justapor a imagem de crianças somalis com outras paisagens africanas. Essa escolha iconográfica não é aleatória; ela serve como uma provocação deliberada para desestabilizar a visão de uma África marcada apenas pela miséria e pelo atraso. Da mesma forma, a obra contrapõe a estereotipia que homogeneiza os povos indígenas ao apresentar imagens de diferentes grupos étnicos brasileiros, buscando representar a riqueza de suas culturas. A valorização da diversidade é um pilar central, contrapondo-se à ideia de uma África homogênea. A obra combate essa noção ao ressaltar que o continente é composto por mais de três mil povos distintos, além de uma imensa variedade de paisagens e sistemas políticos. Essa abordagem é fundamental para desconstruir a "Invenção da África" discutida por Appiah. Também é importante, neste aspecto, considerar que a invenção de África se apoia na biblioteca colonial, subsumida no preconcebimento das ideias de África, questões discutidas amiúde por Mudimbe (2013b). Ao apresentar essa pluralidade, o livro contribui para que os alunos compreendam que as identidades existentes em África são múltiplas e fluidas, e não baseadas em uma essência racial, pautadas na cor da pele e no tipo físico.

## **Diálogos com o Presente e a Herança Brasileira**

A análise do livro não se restringe ao passado. A obra aborda temas contemporâneos essenciais para a compreensão das conexões históricas, como o tráfico negreiro, a dita diáspora africana, a suposta ancestralidade e a luta pela terra. Ao tratar de desafios como a desigualdade econômica, o livro aproxima a realidade em África com aquela que permeia o Brasil, promovendo uma compreensão mais empática. De forma inovadora, o livro finaliza sua introdução com a apresentação de estudos genômicos que revelam os traços genéticos advindos de África na formação da população do país. Essa estratégia tem um forte impacto pedagógico, pois valida cientificamente a narrativa da contribuição dos povos africanos e funciona como uma eficaz ferramenta contra o preconceito de cor existente no país ao desafiar noções simplistas de "raça" e "cor". Ao apresentar a "herança" africana como um fato biológico, além de cultural, a obra fortalece

a conscientização sobre a importância da África na formação do Brasil de maneira complexa e científica.

### **Análise da Coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) de Alfredo Boulos Júnior**

A coleção "História Sociedade & Cidadania" representa um esforço para incorporar a História da África no currículo do Ensino Médio, em conformidade com a Lei nº 10.639/03. A análise de seus volumes revela uma abordagem que, embora rica em conteúdo, apresenta diferentes nuances e desafios em suas representações.

#### **A apresentação da Antiguidade Africana e das Formações Políticas Subsaarianas**

A coleção dedica capítulos específicos às civilizações africanas, buscando apresentá-las em sua complexidade. O capítulo sobre "África antiga: Egito e Núbia" se destaca por abordar a organização social, política, religiosa e científica dessas sociedades. A obra faz a ressalva importante de que, apesar de sua localização, o Egito frequentemente não é associado ao continente africano, buscando corrigir essa dissociação. A civilização núbica (Kush) é apresentada como original e importante, destacando-se o papel de poder exercido pelas mulheres, as *candaces*. A coleção também apresenta uma diversidade de formações políticas posteriores, como os impérios do Sahel (Gana e Mali) e o Reino do Congo, contrapondo-se à visão simplista de uma África composta apenas por sociedades tribais. Um ponto positivo é a valorização de diferentes fontes para o estudo da história africana, incluindo as fontes orais (como os *griôs*), as fontes escritas árabes e as arqueológicas. Essa abordagem ajuda a construir uma imagem da África como um espaço de rica e complexa organização social e política.

#### **Representações da Influência Africana no Brasil e Pontos Críticos**

A coleção reconhece uma dita influência "africana" na cultura brasileira, mencionando a presença das línguas banto e outras, como o iorubano no contexto do português falado no Brasil, e a presença da cultura dita banto em manifestações como a capoeira e o congado. O livro, pelo que se pode observar, se pauta na ideia de origens, mas ainda assim o faz no sentido de positivar a presença de uma África no substrato

cultural brasileiro. No entanto, a análise crítica dos volumes revela pontos que merecem atenção. Embora aborde o comércio transaariano de escravos e o envolvimento de impérios como o Ashanti nesse comércio, a obra não aprofunda a discussão sobre a escravidão no próprio Brasil, suas causas e consequências de forma extensiva.

Sob a perspectiva teórica de Ivaldo Marciano de França Lima, a análise do Volume 2 aponta para o risco da fusão epistemológica entre a História da África e a História Afro-Brasileira, o que pode reforçar a ideia de uma África estática. A estrutura do livro, por vezes, segue uma cronologia atrelada ao tráfico atlântico, uma narrativa centrada na experiência europeia/brasileira. Além disso, o uso de termos como "negros" de forma anacrônica para se referir à África pré-colonial é uma questão que enfraquece a proposta de desracialização. Dialogando com Kwame Anthony Appiah, percebe-se que, mesmo ao apresentar a diversidade étnica, a coleção pode permanecer presa a categorias raciais, sem desconstruir a "raça" como uma construção social.

Em síntese, a análise comparativa dos livros didáticos revela diferentes estratégias e desafios na representação da África e dos povos indígenas. Enquanto "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" se destaca por uma abordagem explicitamente crítica, a coleção "História Sociedade & Cidadania" oferece um panorama conteudístico amplo, mas que, em alguns momentos, pode se beneficiar de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre as armadilhas da racialização e da centralidade da experiência dita diaspórica para contar a história do continente africano. A abordagem pedagógica do livro didático "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) revela uma estratégia consciente e impactante para a desconstrução de estereótipos desde suas páginas iniciais. No primeiro capítulo, intitulado "Berço da Humanidade", a obra emprega um método de confronto visual e reflexivo para desafiar imediatamente as percepções pré-concebidas dos alunos sobre o continente africano.

A tática central consiste em apresentar imagens contrastantes do continente, juxtapondo a realidade de crianças somalis com outras paisagens africanas. Essa escolha iconográfica não é aleatória; ela serve como uma provocação deliberada que convida o leitor a questionar os estereótipos frequentemente associados à África, como a fome, a pobreza e a miséria generalizadas. Ao contrapor essa imagem com outras que sugerem diversidade e desenvolvimento, o livro busca desestabilizar a "impressão de que a maioria dos acontecimentos, mesmo os mais antigos, ocorreram no continente europeu", um fenômeno que a própria obra denomina por "eurocentrismo". Essa abordagem inicial é crucial, pois atua como um ponto de partida para uma discussão mais ampla sobre como

as representações moldam a percepção que se tem sobre diferentes assuntos. O livro não apenas apresenta a diversidade, mas questiona ativamente por que a visão de uma África homogênea e atrasada é tão prevalente. O material didático propõe um exercício para que os alunos identifiquem o **dito** eurocentrismo no cotidiano, questionando as imagens associadas ao continente e os destinos de viagem mais desejados.

Essa estratégia inicial se alinha a uma perspectiva crítica, discutida à luz de teóricos como Ivaldo Marciano de França Lima, que analisam como as representações da África foram historicamente construídas e como o racismo se manifestou para justificar a dominação, no âmbito do continente africano. Ao iniciar com essa reflexão, o livro prepara o terreno para uma análise mais profunda sobre as influências religiosas e as teorias raciais que, ao longo da história, forjaram uma imagem negativa do continente africano. Portanto, a desconstrução de estereótipos em "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" não é um tema secundário, mas o próprio alicerce de sua proposta pedagógica. Ao confrontar os alunos com a complexidade e as contradições das imagens veiculadas sobre a África desde o início, o livro estabelece um tom crítico e reflexivo, incentivando uma postura ativa na construção do conhecimento histórico e na superação de visões simplistas e preconceituosas.

A relevância da presente pesquisa é multifacetada, abrangendo dimensões sociais, acadêmicas e pedagógicas cruciais para o contexto educacional brasileiro contemporâneo. A promulgação da Lei nº 10.639/03, ao tornar obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo, representou um marco legal e um pilar para a superação de lacunas históricas e para a promoção de uma compreensão mais abrangente da sociedade. Contudo, sua efetiva implementação depende de uma abordagem crítica e contínua sobre os materiais didáticos, que são ferramentas centrais na mediação do conhecimento histórico.

No âmbito pedagógico, este estudo se justifica pela necessidade premente de formar professores e futuros educadores a atuarem como mediadores críticos do conhecimento. Os livros didáticos, como veículos centrais dessa mediação, carregam narrativas e representações que podem tanto perpetuar simplificações quanto promover uma compreensão acurada e plural. A análise comparativa das obras selecionadas – "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) e a coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) – ilustra os diferentes caminhos e os desafios inerentes a essa tarefa, fornecendo subsídios para que os docentes possam utilizar esses materiais de forma reflexiva, complementando-os com outras fontes e aprofundando os debates em sala de

aula. A contínua análise crítica de materiais didáticos e a formação de professores são essenciais para garantir que o espírito da lei se materialize em práticas pedagógicas transformadoras.

Socialmente, a pesquisa é de vital importância para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos. Ao desvendar e confrontar visões que simplificam a África e os povos indígenas, o trabalho contribui para o entendimento da complexidade dessas **ditas** heranças culturais que constituem a identidade brasileira. Apresentar a história do continente em sua vasta diversidade e complexidade, abordando suas diferentes sociedades, culturas e períodos históricos, é **fundamental** para a desconstrução de ideias preconcebidas e para valorizar as **ditas** contribuições africanas para o patrimônio mundial e para a identidade brasileira. A pesquisa histórica, ao desvendar as estruturas de poder, as violências e as resistências do passado, oferece as bases para a construção de uma consciência social que repudia a intolerância.

Academicamente, este estudo aprofunda o campo das discussões sobre o ensino de História da África no Brasil, dialogando com referenciais teóricos consolidados, como os de Kwame Anthony Appiah e Ivaldo Marciano de França Lima. Ao aplicar essas lentes analíticas aos materiais didáticos, a pesquisa busca ir além da superfície do texto para compreender como as representações são construídas e quais suas implicações. Essa abordagem crítica impulsiona o desenvolvimento de um conhecimento histórico que verdadeiramente promova a inclusão e o respeito à diversidade em suas múltiplas dimensões, consolidando um caminho para uma historiografia mais plural. A presente pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de natureza qualitativa e de caráter descritivo, cujo delineamento metodológico se pautou na análise documental e bibliográfica. Esta abordagem permitiu uma imersão aprofundada na compreensão das representações da História da África e dos povos indígenas veiculadas em materiais didáticos, bem como na construção de um arcabouço teórico consistente para a análise crítica.

A etapa de análise documental concentrou-se nos seguintes materiais didáticos: o livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) e a coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) de autoria de Alfredo Boulos Júnior. A escolha desses materiais justifica-se pela sua relevância e ampla circulação no contexto da educação básica brasileira, oferecendo um campo fértil para investigar a concretização da Lei nº 10.639/03. A análise nesses documentos priorizou a identificação das estratégias textuais e visuais empregadas para abordar a História da África e dos povos indígenas, verificando

como as narrativas são construídas, quais imagens são privilegiadas e quais representações são veiculadas.

Paralelamente, a análise bibliográfica constituiu a base para a construção do referencial teórico-conceitual da pesquisa. Foram consultadas obras e artigos de autores renomados no campo dos Estudos Africanos, da História da África e da crítica às representações. Destacam-se, para este estudo, as contribuições de Kwame Anthony Appiah (1997), com seu conceito de "invenção da África" e a discussão sobre as "ilusões de raça", que subsidiaram a desarticulação da ideia de uma África homogênea e essencializada. Adicionalmente, o referencial de Ivaldo Marciano de França Lima foi fundamental para compreender a construção de representações e a identificação de vieses no ensino de História da África, permitindo uma análise mais acurada de como as representações são formadas e como podem ser avaliadas nos materiais didáticos. Esses referenciais teóricos foram utilizados como lentes analíticas para interpretar e dialogar criticamente com o conteúdo dos livros didáticos.

O processo de análise de dados envolveu a leitura exaustiva dos materiais didáticos e das obras teóricas, buscando pontos de convergência e divergência, bem como a identificação de aspectos positivos e limitações nas representações estudadas. A interpretação crítica desses elementos permitiu a elaboração de uma avaliação fundamentada sobre o cumprimento dos preceitos da Lei nº 10.639/03 e o impacto das narrativas didáticas na formação de uma educação que se pretenda cientificamente rigorosa e plural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta análise, torna-se evidente a profunda importância política e pedagógica da escolha e do uso de materiais didáticos no ensino de História da África e dos povos indígenas. A promulgação da Lei nº 10.639/03 representou um marco legal indispensável para a superação de lacunas históricas, mas sua efetiva implementação depende de uma abordagem crítica e contínua sobre as ferramentas que medeiam o conhecimento em sala de aula. Os livros didáticos, como veículos centrais dessa mediação, não são repositórios neutros de informação; eles carregam narrativas, representações e perspectivas que podem tanto perpetuar estereótipos quanto promover uma compreensão acurada e plural.

A análise comparativa das obras selecionadas neste trabalho — "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) e a coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) — ilustra os diferentes caminhos e os desafios inerentes a essa tarefa. Conforme proposto no objetivo de discutir a importância da Lei nº 10.639/03, o estudo reiterou que a legislação transcendeu a mera inclusão curricular, representando uma profunda reestruturação do olhar sobre o passado. Ao explorar o conceito da "invenção da África" e das "ilusões de raça" a partir de Kwame Anthony Appiah, foi possível demonstrar como a ideia de uma África homogênea é uma construção histórica com implicações profundas, que minimiza a vasta diversidade do continente. A utilização do referencial de Ivaldo Marciano de França Lima, por sua vez, revelou-se uma ferramenta poderosa para a análise crítica da construção de representações e da necessidade de desconstrução de estereótipos em materiais didáticos.

A análise do livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) revelou uma obra com um projeto pedagógico explicitamente crítico. Seus avanços são notáveis, principalmente na forma como busca ativamente desconstruir **as estereotípias** desde as primeiras páginas, empregando uma estratégia de contrapor imagens para desafiar percepções estereotipadas do continente africano e valorizar sua diversidade étnica, cultural e geográfica. Essa obra alinha-se consistentemente com as perspectivas teóricas de Lima e Appiah, esforçando-se para apresentar narrativas que questionam a "Invenção da África" e buscam superar as "ilusões de raça".

Por sua vez, a coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) representa um avanço importante na inclusão de conteúdos sobre a história africana em larga escala. A obra é bem-sucedida ao apresentar a complexidade de civilizações antigas e formações

políticas posteriores, combatendo a ideia de um continente sem história. A coleção também valoriza a agência e as diversas formas de resistência dos africanos e de seus descendentes no Brasil. Contudo, a análise crítica revelou que, apesar da riqueza de conteúdo, a obra por vezes mantém-se atrelada a uma periodização pautada na aceção da historiografia francesa, e, sob a ótica de Lima, arrisca-se a uma fusão epistemológica entre a História da África e a Afro-Brasileira, utilizando categorias raciais de forma anacrônica. Tal abordagem, ainda que não intencional, dialoga com as "ilusões de raça" discutidas por Appiah, ao centrar-se na experiência da dita diáspora como principal definidor da identidade, o que foi um ponto crítico identificado.

A comparação entre as duas obras não visou desqualificar uma em detrimento da outra, mas sim evidenciar que a superação de visões estereotipadas é um processo complexo e multifacetado. Enquanto a primeira obra se destaca por seu projeto crítico explícito, a segunda oferece um vasto panorama conteudístico que, no entanto, se beneficiaria de uma mediação docente atenta às suas tensões teóricas subjacentes. Isso reafirma a conclusão central deste trabalho: a importância fundamental de uma abordagem crítica no uso de qualquer material didático. O professor, como mediador do conhecimento, não pode ser um mero reproduzidor de conteúdo, mas um intelectual que analisa, questiona e complementa as ferramentas que tem em mãos. A análise aqui empreendida é um reflexo desse exercício crítico, buscando ir além da superfície do texto didático para compreender como as representações são construídas e quais são suas implicações.

Para futuras investigações, sugere-se aprofundar a análise da recepção desses materiais didáticos por alunos e professores, a fim de compreender como essas representações são interpretadas em sala de aula e quais os impactos em sua formação identitária. Além disso, pesquisas futuras poderiam expandir o escopo para outros materiais paradidáticos e recursos digitais, avaliando sua contribuição para a desconstrução de estereótipos. Somente através dessa postura crítica e reflexiva, aliada a pesquisas contínuas, será possível garantir que o ensino de História da África e dos povos indígenas cumpra seu papel fundamental: o de promover uma educação que valorize a diversidade, combata o preconceito de cor, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao término desta análise, torna-se evidente a profunda importância política e pedagógica da escolha e do uso de materiais didáticos no ensino de História da África e dos povos indígenas. A promulgação da Lei nº 10.639/03 representou um marco legal

indispensável, mas sua efetiva implementação depende de uma abordagem crítica e contínua sobre as ferramentas que medeiam o conhecimento em sala de aula. Os livros didáticos, como veículos centrais dessa mediação, não são repositórios neutros de informação; eles carregam narrativas, representações e perspectivas que podem tanto perpetuar estereótipos quanto promover uma compreensão acurada e plural.

A análise comparativa das obras selecionadas neste trabalho — "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) e a coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) — ilustra os diferentes caminhos e os desafios inerentes a essa tarefa. O livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) revela-se uma obra com um projeto pedagógico explicitamente crítico. Seus avanços são notáveis, principalmente na forma como busca ativamente desconstruir as estereotípias desde as primeiras páginas. A estratégia de contrapor imagens para desafiar as percepções estereotipadas do continente africano, convidando à reflexão sobre as origens históricas dessas imagens, é um de seus maiores méritos. Ao valorizar a diversidade étnica, cultural e geográfica da África e ao abordar a influência da religião e das teorias raciais na construção de uma visão negativa do continente, a obra alinha-se de forma consistente com as perspectivas teóricas de Ivaldo Marciano de França Lima e Kwame Anthony Appiah. Ela se esforça para apresentar narrativas que questionam a "Invenção da África" como uma entidade homogênea e buscam superar as "ilusões de raça".

Por sua vez, a coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016) representa um avanço importante na inclusão de conteúdos sobre a história africana em larga escala. A obra é bem-sucedida ao apresentar a complexidade de civilizações antigas e formações políticas posteriores, combatendo a ideia de um continente sem história. A coleção também valoriza a agência e as diversas formas de resistência dos homens e mulheres de África e de seus ditos descendentes no Brasil. Contudo, a análise crítica revelou que, apesar da riqueza de conteúdo, a obra por vezes mantém-se atrelada a uma periodização exógena ao continente africano, e, sob a ótica de Ivaldo Marciano de França Lima, arrisca-se a uma fusão epistemológica entre a História da África e a Afro-Brasileira, utilizando categorias raciais de forma anacrônica. Tal abordagem, ainda que não intencional, dialoga com as "ilusões de raça" discutidas por Kwame Anthony Appiah, ao centrar-se na experiência da **dita** diáspora como principal definidor da identidade, o que foi um ponto crítico identificado. A comparação entre as duas obras não visou desqualificar uma em detrimento da outra, mas sim evidenciar que a superação de visões estereotipadas é um processo complexo e multifacetado. Enquanto a primeira obra se destaca por seu projeto

crítico explícito, a segunda oferece um vasto panorama conteudístico que, no entanto, se beneficiaria de uma mediação docente atenta às suas tensões teóricas subjacentes.

A importância do livro "Minha África Brasileira e Povos Indígenas" (2023) é reiterada por sua proposta pedagógica que busca ativamente confrontar narrativas hegemônicas. A obra destaca-se por seu projeto explicitamente voltado à desconstrução do eurocentrismo desde as primeiras páginas. Uma de suas estratégias mais notáveis é o método de confronto visual e reflexivo, que justapõe imagens contrastantes (como a de crianças somalis e a da cidade de Joanesburgo) para desafiar e desestabilizar as percepções estereotipadas comumente associadas ao continente africano, convidando à reflexão sobre as origens históricas dessas imagens.

Ao valorizar a diversidade étnica, cultural e geográfica da África, e ao abordar a influência histórica da religião e das teorias raciais na construção de uma visão negativa do continente, a obra alinha-se consistentemente com as perspectivas teóricas de Ivaldo Marciano de França Lima e Kwame Anthony Appiah. O livro se esforça para apresentar narrativas que questionam a "Invenção da África" como uma entidade homogênea e buscam superar as "ilusões de raça". Adicionalmente, a obra integra estudos genômicos para reforçar a herança africana na formação da população brasileira, o que representa uma ferramenta pedagógica eficaz para desafiar noções simplistas de "raça" e "cor" e validar cientificamente a contribuição africana. Esses aspectos reafirmam o papel do livro como um recurso didático fundamental para uma compreensão plural e crítica da história.

A coleção "História Sociedade & Cidadania" (2016), de Alfredo Boulos Júnior, representa um avanço significativo na inclusão de conteúdos sobre a história africana em larga escala. A obra é bem-sucedida ao apresentar a complexidade de civilizações antigas, como Egito e Núbia, e de formações políticas posteriores, como Gana e Mali, combatendo a ideia de um continente sem história. Adicionalmente, valoriza diferentes fontes para o estudo da história africana, incluindo as fontes orais, árabes e arqueológicas. Contudo, a análise crítica revela tensões teóricas subjacentes. A coleção, por vezes, mantém-se atrelada à periodização **quadripartite**, em que a história de África é narrada a partir do seu contato com a Europa através do tráfico atlântico. Sob a ótica de Ivaldo Marciano de França Lima, arrisca-se a uma fusão epistemológica entre a História da África e a Afro-Brasileira, o que pode reforçar a ideia de uma África estática. A utilização anacrônica de termos como "negros" para a África **anterior ao período pré-colonial** é outro ponto de atenção que enfraquece a proposta de desracialização. Dialogando com Kwame Anthony Appiah, observa-se que, mesmo ao apresentar a diversidade étnica, a coleção pode

permanecer atrelada a categorias raciais sem desconstruir a "raça" como uma construção social, alinhando-se às "ilusões de raça".

Diante dos desafios e da complexidade das representações nos materiais didáticos, o papel do professor emerge como fundamental e insubstituível. Os livros didáticos não são repositórios neutros de informação; eles carregam narrativas e perspectivas que podem tanto perpetuar visões simplificadas quanto promover uma compreensão acurada e plural. É o docente quem atua como o mediador crítico do conhecimento, capaz de ir além do que está impresso nas páginas do livro didático. Seu papel abrange contextualizar e problematizar os conteúdos, adaptar o material à realidade local e aos interesses dos alunos, estimular o pensamento autônomo e a capacidade de questionamento, promover o diálogo e o respeito à diversidade de opiniões, e identificar e abordar as tensões teóricas presentes na historiografia.

A pesquisa acadêmica é a mola propulsora de um ensino de História de qualidade e de uma formação cidadã plena. Sem a produção constante de novos conhecimentos, a historiografia estagnaria, e os livros didáticos se tornariam obsoletos. A pesquisa contribui para a atualização do conhecimento histórico, para a produção de materiais didáticos mais ricos e embasados, e para a formação continuada dos professores. Ao expor os alunos aos processos de investigação e à complexidade da produção do conhecimento histórico, a pesquisa os instrumentaliza para analisar criticamente o presente, compreender suas raízes e projetar um futuro mais justo. Um ensino de História ancorado na pesquisa desvenda as raízes históricas das manifestações de intolerância, as formas como elas se manifestaram e se manifestam, e as lutas travadas contra elas. Dessa forma, propicia aos estudantes condições de construir perspectivas críticas ao ensino pautado em estereótipos em suas diversas formas, promovendo uma consciência social que repudia a intolerância e atua ativamente pela equidade. Em suma, a pesquisa contribui para formar cidadãos não apenas informados sobre o passado, mas engajados na construção de um futuro mais justo e igualitário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CASCUDO, Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Global Editora, 2005.

FENTON, Steve. **Etnicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

KHAPOYA, Vincent B. **A Experiência Africana**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol. I**. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **África Contemporânea: Representações, Problemas e Perspectivas. Cadernos de África Contemporânea**, v. 01, p. 73-91, 2018 b.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Ensino de História, África e Brasil: Entre Conceitos e Estereótipos. Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 10, p. 41-69, 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre a representação e a coisa representada**. Tese apresentada para banca de progressão para professor titular. UNEB, 2024. Mimeo.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Maracatus e maracatuzeiros: desconstruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Representações da África no âmbito do ensino de história: algumas questões de análise dos conteúdos. Labirinto (UNIR)**, v. 31, p. 97-123, 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Representações da África no Brasil: Novas Interpretações**. Recife: Editora Bagaço, 2018 a.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Retroalimentando a "barragem de mitos": discursos de militantes de movimentos sociais negros da Bahia e de Pernambuco como parte da produção de estereótipos sobre o continente africano no Brasil. História Unicap**, Recife, v. 10, n. 19, p. 86-114, jan./jun., 2023.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Uma experiência docente: reflexões sobre história da África e razões para desracializar o que nunca deveria ter sido racializado. **Revista África(s)**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 07-19, jul./dez. 2016.

M'BOKOLO, Elikia. África negra. **História e civilizações – Tomo I (até o século XVIII)**. Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 01, p. 173 – 209, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEREDITH, Martin. **O Destino da África. Cinco Mil Anos de Riquezas, Ganancia e Desafios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MUDIMBE, V. Y. **A ideia de África**. Luanda (Angola): Edições Mulemba; Mangualde (Portugal): Edições Pedagogo, 2013 b.

MUDIMBE, V. Y. **A Invenção de África: Gnose. Filosofia e a Ordem de Conhecimento**. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013 a.

ODEN, Thomas Clark. **Quão africano é o cristianismo?** São Paulo: Hagnos; Quitanda, 2023.

OLIVER, Roland. **A experiência africana – da pré-história aos dias atuais**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1994.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 2011.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SCHUBERT, Arlete M. Pinheiro et al. **Minha África brasileira e povos indígenas: 1ª série: livro do aluno**. Cotia, SP: Opetus Editora, 2023.

ZAMPARONI, Valdemir Donizete. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Ciência e Cultura (SBPC)**, v. 59, 2, p. 46-49, 2007.

ZAMPARONI, Valdemir Donizete. Estudos Africanos no Brasil: Veredas. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 04, n.05, p. 105-124, 1995.

## **DOCUMENTOS**

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós. História e Cultura Afro-Brasileira**. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História sociedade & cidadania. 1º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História sociedade & cidadania. 2º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História sociedade & cidadania. 3º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.